



ANDERSON UESLEI/CORTESIA

## Unale debate autonomia e independência do Legislativo

Páginas 3, 4 e 5



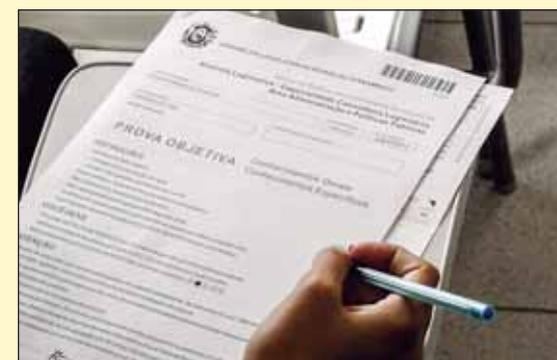
**Série Agora é Lei mostra atuação parlamentar**

Página 2



**Gregório Bezerra é homenageado**

Página 6



**Alepe divulga lista de aprovados em concurso**

Página 8

SÉRIE AGORA É LEI

# INICIATIVA GARANTE ACESSO À LEI MARIA DA PENHA

## Pesquisa Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil

- \* Seis em cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica;
- \* Machismo (46%) e alcoolismo (31%) são apontados como principais fatores que contribuem para a violência;
- \* 94% dos entrevistados conhecem a Lei Maria da Penha, mas apenas 13% sabem seu conteúdo.
- \* A maioria das pessoas (60%) pensa que, ao ser denunciado, o agressor vai preso.

Fonte: Instituto Avon / Ipsos 2011



Legislação estadual prevê que escolas públicas ofereçam informações sobre lei 11.340

Disponibilizar no mínimo um exemplar da Lei Maria da Penha para consulta da população, em local visível e de fácil acesso, nas delegacias de polícia, nas bibliotecas públicas e nas escolas da rede estadual de ensino do Estado. É o que dispõe a Lei Estadual nº 15.083, em vigor desde setembro do ano passado, e que teve como base projeto de lei de autoria da deputada Mary Gouveia (PSB).

A Lei Maria da Penha é o nome pelo qual ficou conhecida a Lei Federal 11.340/2006, que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Maria da Penha Maia Fernandes é uma biofarmacêutica cearense que ficou paraplégica em 1983 após ser alvejada nas costas por um tiro disparado pelo marido, o professor universitário Marco Antonio Herredia Viveros. Ela levou quase 20 anos para ver o agressor condenado e preso, e se tornou símbolo da luta contra a violência de gênero.

A legislação estadual prevê que nas delegacias, bibliotecas e escolas constem os seguintes informes: “Disponibilizamos a Lei Maria da Penha para seu conhecimento e busca de seus direitos em qualquer situação de violência doméstica e familiar”, “Precisando de ajuda? Procure um de nossos servidores ou Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher” e “Diga não a violência contra a mulher.” O exemplar deverá ser atualizado cada vez que houver alteração na lei federal.

Para Mary Gouveia, que preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Casa Joaquim Nabuco, quanto mais divulgação da lei, maior será a conscientização das pessoas. “É importante que a legislação esteja presente em vários locais públicos a fim de alcançar um grande número de pessoas em todo o Estado e contribuir para a redução da violência praticada contra as mulheres”, afirmou.

De acordo com a justificativa do projeto,

De acordo com a justificativa do projeto,

## Alguns casos em que se aplica a Lei Federal nº 11.340/2006

- \* Quando configurar violência doméstica que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual e/ou psicológico; e dano moral ou patrimonial;
- \* No âmbito da unidade doméstica, onde haja o convívio de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- \* No âmbito da família, formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
- \* Em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Fonte: Instituto Avon / Ipsos 2011

a matéria propõe a criação de mais um importante canal (as delegacias de policias) para dar publicidade e conhecimento à população, em especial às mulheres, do teor da Lei Maria da Penha, “garantindo o acesso a esta ferramenta de defesa dos direitos das mulheres a todos que adentrarem nesses ambientes policiais”. Além disso, a legislação visa que os órgãos que fazem parte da Defesa Pública e de Educação no Estado cumpram seu papel social.

## CARDÁPIOS DEVEM CONTER MENSAGEM DE CONSCIENTIZAÇÃO NO TRÂNSITO



Dirigir sob influência de álcool é crime

A Lei Estadual nº 15.123, de 2013, tornou obrigatório o uso da expressão “É crime dirigir sob a influência de álcool, punível com detenção” em todos os cardápios e propagandas de bares, restaurantes, boates e demais estabelecimentos similares de Pernambuco. A ideia de conscientizar as pessoas que ingerem bebidas alcoólicas surgiu de um projeto apresentado, em 2012, pelo deputado Pedro Serafim Neto (PDT), que se tornou lei em 2013. Posteriormente, a legislação foi alterada por proposição do deputado Pastor Cleiton Collins (PP).

A norma determina que as frases devem ser impressas em local de fácil visibilidade e com destaque de padrão e cor do restante do texto. De acordo com Pedro Serafim

Neto, o Código Nacional de Trânsito estabelece que o motorista infrator está sujeito a penalidades, que vão desde multa, suspensão e proibição de dirigir veículo; até detenção de seis meses a três anos.

O parlamentar frisou que, apesar da legislação, ainda se verifica o uso abusivo de bebidas alcoólicas, nem sempre identificado pela fiscalização de trânsito.

“A norma traz grande benefício para conscientizar os motoristas, uma vez que as mensagens de alerta estarão presentes nos principais pontos de fornecimento e consumo de álcool como bares e restaurantes”, frisou.

Em 2013, a lei estadual ganhou nova redação a partir de projeto apresentado pelo deputado Pastor Cleiton Collins. A

iniciativa estreitou a sintonia com a legislação federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que beber e dirigir é uma conduta criminosa. “Minha intenção foi adequar a norma à legislação vigente no País, tornando o que antes era uma sugestão em advertência sobre o crime da direção sob o efeito do álcool”, explicou Collins.

Conforme a lei estadual, o estabelecimento que descumprir a norma ficará sujeito a sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas.

Antes da atualização, a lei tornava obrigatório o uso da expressão “Se for dirigir, não beba; se beber, não dirija”, nos cardápios de bares e restaurantes do Estado.

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.

MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho; **3º Secretário**, Deputado Sebastião Oliveira Júnior; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Assistente de Comunicação Social**: Margot Dourado. **Chefe do Departamento de Imprensa**: Marconi Glauco. **Editor**: Marconi Glauco. **Revisão**: Marconi Glauco e Margot Dourado. **Repórteres**: Anselmo Monteiro, Antônio Magalhães, Fernandino Neto, Felipe Marques, Mirella Lemos, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Verônica Barros e Yanna Araújo. **Gerente de Fotografia**: Roberto Soares. **Edição de Fotografia**: Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Jarbas Araújo, João Bitá, Rinaldo Marques e Williams Aguiar (estagiário). **Tratamento de Imagem**: Lucas Neves. **Diagramação e Edição Eletrônica**: Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax: 3183-2107. PABX: 3183.2211.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br> — E-mail: [assistenciadecomunicacao@alepe.pe.gov.br](mailto:assistenciadecomunicacao@alepe.pe.gov.br) — [www.twitter.com/alepeoficial](http://www.twitter.com/alepeoficial) — [www.facebook.com/assembleiape](http://www.facebook.com/assembleiape)

## NACIONAL

# 18ª CONFERÊNCIA DA UNALE REÚNE PARLAMENTARES DE TODO O BRASIL

A 18ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), organizada anualmente pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), foi realizada, no mês de maio, em Brasília. O evento teve como tema principal *Eleições – desafios e oportunidades e a agenda de investimentos urgentes para o Brasil*.

A conferência, que em 2013 foi realizada no Recife, permite a troca de experiência entre parlamentares, técnicos que atuam no Poder Legislativo e integrantes da sociedade civil dos 26 Estados e do Distrito Federal.

O primeiro dia foi dedicado aos 14 eventos simultâneos, que destacaram temas como TVs e rádios legislativas, consultorias legislativas, gestão pública,

taquigrafia e regras de cerimonial.

Para o presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), Rodrigo Lucena, a participação das entidades na conferência enriquece o debate e favorece a sua amplitude. “No caso das televisões e rádios legislativas, é o momento do encontro do político com o técnico. A iniciativa contribui para o crescimento

do sistema em todo o País”, avaliou Lucena.

Dois servidores da Assembleia de Pernambuco presidiram reuniões de suas categorias: Francklin Santos, que comanda atualmente a Associação Brasileira dos Cerimonialistas dos Legislativos Estaduais; e Cynthia Barreto, que está à frente da Associação Nacional dos Gestores de Documentos.



ANDERSON UESLEI/CORTESIA

Evento teve a presença de parlamentares e servidores que integram o Poder Legislativo e representantes da sociedade civil dos 26 Estados e do Distrito Federal

## ENTIDADE ELEGE DIRETORIA PARA GESTÃO 2014-2015

No encerramento da 18ª Conferência da Unale foi eleita a nova diretoria da entidade, que inclui seis deputados pernambucanos. O deputado José Luis Tchê (PDT/AC) foi eleito para presidir a Unale. Sérgio Leite (PT) ficou na Diretoria Executiva da entidade, no cargo de secretário; Diogo Moraes (PSB), no Conselho Fiscal; Eriberto

Medeiros (PTC), na Secretaria Especial de Segurança; e Gustavo Negromonte (PMDB), na Secretaria da Juventude da Unale. Zé Maurício (PP) e Mavial Cavalcanti (DEM) foram escolhidos para o Conselho Deliberativo. A posse dos novos membros da direção só ocorre após as eleições de outubro.

Antes da eleição, os participantes

acompanharam palestras como a do ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Admar Gonzaga, sobre legislação eleitoral. Segundo ele, a prática de condutas vedadas aos agentes públicos costuma ser a principal causa de cassação das candidaturas.

Em outra palestra, o cientista político Alberto Carlos de Almeida,

autor do livro *A Cabeça do Eleitor* e dirigente do Instituto Análise, falou sobre as principais características do eleitorado brasileiro. “Candidatos que têm posições claramente governistas ou oposicionistas têm menos chances de perder eleitores em virtude de algum deslize cometido durante a campanha”, apontou.

## ASSEMBLEIAS

# COLEGIADO DE PRESIDENTES DEBATE AUTONOMIA DOS LEGISLATIVOS

A expansão da independência do Poder Legislativo foi o tema de destaque do encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas Estaduais, em Brasília (DF). O grupo é coordenado pelo presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT). A reunião fez parte da programação da 18ª Conferência da União Nacional dos Legis-

ladores e Legislativos Estaduais (Unale).

Entre outros temas, os parlamentares discutiram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/2012, que tramita no Senado Federal. Apresentada pela maioria das Assembleias do País, a PEC garante aos Legislativos estaduais maior autonomia para legislar sobre questões que, atualmente, são privativas da União, como direito pro-

cessual, assistência social, transporte e licitação.

De acordo com Uchoa, que cumpre o segundo ano de mandato no Colegiado dos Presidentes, para que a independência dos Legislativos seja ampliada, não pode haver divergências entre as Casas parlamentares. “O fortalecimento das Assembleias está diretamente atrelado à oxigenação das

atividades realizadas pelos deputados”, acrescentou.

Também participaram do encontro os deputados Sérgio Leite (PT/PE), José Luiz Tchê (PDT/AC), o presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Joares Ponticelli (PP); e o presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Wasny de Roure (PT).



Presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (C), com Joares Ponticelli (SC), Sérgio Leite (PE), Wasny de Roure (DF) e o novo presidente da Unale, José Luiz Tchê (AC)

## DEPUTADOS PROPÕEM TERMO DE AJUSTE PARA TELEFONIA

O deputado estadual Ernani Polo (PP-RS), que preside a Comissão Especial sobre Telefonia Móvel da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), apresentou proposta ao Ministério Público Federal para a emissão de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de abrangência nacional. A iniciativa visa obrigar as operadoras de telefonia móvel a melhorar os serviços. “Em alguns Estados, o MP local assinou TACs com operadoras. Mas um termo nacional pode pressionar as empresas com mais eficácia”, avaliou Polo.

O parlamentar gaúcho também anunciou o novo regulamento para o setor que começa a valer a partir do próximo mês de julho. O documento em defesa do consumidor teve a colaboração dos parlamentos estaduais e assegura a rapidez no cancelamento de linhas via internet, facilita a contestação das cobranças, estende a validade dos cartões

das linhas pré-pagas (que corresponde a 82% do total atual) e impõe novas regras às promoções oferecidas pelas operadoras”, explicou.

O deputado fez a apresentação na 18ª Conferência Nacional da Unale,

relatando o trabalho realizado pelas CPIs da telefonia que foram instaladas, simultaneamente, em 2013, em 19 Estados. Em Pernambuco, o grupo foi presidido pelo deputado Sérgio Leite (PT).

De acordo com Polo, as CPIs da Telefonia Móvel foram as ações legislativas mais importantes na defesa do consumidor. No encerramento das CPIs da Telefonia Móvel também foi identificada a não utilização dos fundos setoriais, que nos últimos 10 anos somam mais de R\$ 65 bilhões - menos de 10% desse valor foi aplicado na melhoria da infraestrutura do setor. Diante disso, foi entregue ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro João Augusto Nardes, uma solicitação para que intervenha na utilização dos fundos em sua finalidade.

Ainda foi solicitado que o TCU faça uma auditoria na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para verificar a sua real atuação, já que a Anatel, segundo a conclusão das CPIs, não tem cumprido seu papel na fiscalização às operadoras por um serviço com qualidade.



Comissão Parlamentar da Unale apresentou proposta ao Ministério Público Federal

# UNALE DEFENDE REFORMA POLÍTICA E INDEPENDÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO

Na abertura da 18ª CNLE, os pronunciamentos iniciais foram marcados pela defesa de uma reforma política no Brasil e da independência do Poder Legislativo. Representando a presidência da Unale em substituição ao deputado Sérgio Leite (PT/PE), que estava licenciado do cargo em virtude de regras eleitorais, o deputado Raul Carrion (PCdoB/RS) ressaltou que a conferência é o maior evento parlamentar de todas as Américas, reconhecida por debater todos os grandes temas nacionais. “Assuntos como o pacto federativo, a reforma tributária, a defesa da Amazônia e o fortalecimento do Mercosul sempre estiveram na pauta de debates da Unale”, justificou.

Em relação ao atual sistema político do País, o parlamentar criticou a influência crescente do poder econômico no resultado das eleições. “As campanhas estão cada vez mais caras. Segundo estudo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 85% da população brasileira é favorável a uma reforma política e 49% defendem o financiamento exclusivamente público das campanhas”, salientou Carrion.

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), defendeu a importância social do Poder Legislativo. De acordo com ele, os parlamentares – vereadores, deputados e senadores –, são os representantes da população. Ele comemorou a aprovação da Proposta de Emenda à



Presidente da Câmara Federal, deputado Henrique Alves (na tribuna), comemorou aprovação da PEC do Orçamento Impositivo

Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo. A PEC obriga o Governo Federal a executar as emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso para o Orçamento anual. Essas emendas são os recursos indicados por deputados e senadores para atender a obras e projetos em pequenos municípios. “Essa medida reforça a altivez e a independência do Poder Legislativo e possibilita que os deputados tenham melhores condições de atender aos principais anseios da sociedade”, avaliou o presidente da Câmara.

Também presente à solenidade, o senador Aécio Neves (PSDB/MG) se comprometeu em levar para o Congresso Nacional a discussão de temas que contribuam para a continuidade do desenvolvimento do País. “Precisamos fortalecer as instituições democráticas”, defendeu.

A reunião de abertura da Unale ainda contou com a presença do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz; do presidente da Comissão Organizadora da CNLE, deputado distrital

Aylton Gomes (PR); do presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado Wasny de Roure (PT); além de demais autoridades políticas e servidores do Poder Legislativo de todo o País. Também marcaram presença na solenidade os deputados estaduais pernambucanos Guilherme Uchoa (PDT), presidente da Alepe; Diogo Moraes (PSB); Gustavo Negromonte (PMDB); Sérgio Leite (PT); Eriberto Medeiros (PTC); Zé Maurício (PP); e Everaldo Cabral (PP).

## PARLAMENTARES ANALISAM O FUTURO DO MERCOSUL

O futuro do Mercosul e seu relacionamento com outros blocos econômicos também foi discutido na 18ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Participaram do debate parlamentares latino-americanos e um representante da China. O Mercosul é formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Bolívia (ainda em processo de adesão).

O alto representante-geral do Mercosul, o brasileiro Ivan Ramalho, destacou a dimensão econômica do bloco. “Envolve países com 280 milhões de habitantes, tem um Produto Interno Bruto (PIB) estimado em US\$ 3,3 trilhões ou 83% da América Latina e um comércio entre zona de US\$ 60 bilhões”, enumerou. A entrada da Venezuela no bloco, acrescentou Ramalho, gerou uma nova conformação geopolítica da região, favorecendo o Norte do Brasil.

Ramalho avaliou a força do Mercosul na economia brasileira. Segundo ele, 88% das exportações industriais do

Brasil vão para os países do bloco, que “garante empregos brasileiros com renda mais alta do que a proporcionada pelos

postos no agronegócio”. Para ele, um abalo no Mercosul significa um grande problema no setor industrial brasileiro.

Já o representante da Argentina, o deputado estadual por Córdoba Carlos Alberto Presas reconheceu a importância do comércio dentro do bloco. “Entretanto, a viabilização do Mercosul tem que passar pela ampliação dos negócios com outros blocos econômicos, principalmente os asiáticos”, sugeriu.

O deputado estadual Alfonso Romero Correa, representante do Paraguai, reclamou das barreiras alfandegárias dentro do Mercosul. O representante chinês, Hu Sishe, por sua vez, assegurou o interesse do seu país na expansão dos negócios com o Mercosul. Participaram ainda representantes do Chile e Uruguai, que têm status de países associados ao bloco.



Representantes do Brasil, Argentina, Paraguai, Chile e Uruguai participaram do debate

## RESTITUIÇÃO SIMBÓLICA

# ASSEMBLEIA HOMENAGEIA GREGÓRIO BEZERRA

**D**urante Grande Expediente Especial, a Assembleia Legislativa de Pernambuco homenageou a restituição do mandato do deputado federal Gregório Bezerra (PCdoB), cassado em 1948, quando o partido foi colocado na ilegalidade. A cerimônia foi proposta pelo líder do Governo na Casa, Waldemar Borges (PSB), atendendo a uma solicitação da deputada federal Luciana Santos (PCdoB).

Borges explicou que a Câmara dos Deputados aprovou, em março de 2013, uma resolução anulando a decisão da Mesa Diretora, adotada em 10 de janeiro de 1948, que extinguiu os mandatos dos deputados federais sob a legenda do Partido Comunista do Brasil.

A Mesa da Câmara atual considerou a decisão da década de 40 contrária à Constituição Federal democrática de 1946, promulgada após o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945). Em agosto do ano passado, durante homenagem à bancada comunista, restituiu os mandatos aos parlamentares.

De acordo com o socialista, a iniciativa representa o reconhecimento ao papel dos democratas que, em todas as épocas, contribuíram para o crescimento do País. “É também uma forma de repúdio a todos os atos arbitrários e de força que quiseram se sobrepor à vontade popular. Hoje, homenageamos Gregório, pernambucano, herói do povo brasileiro que teve seu mandato cassado quando foi deputado constituinte em 1948. A Câmara dos Deputados, em Brasília, já restituiu seu mandato simbolicamente e nós pernambucanos, representando seus eleitores, fazemos questão de dizer que nos orgulhamos de tudo o que ele fez pelo povo pernambucano em 1946, 1947 e 1948”, destacou Borges.

Luciana Santos agradeceu a Waldemar Borges e aos demais deputados pela homenagem, lembrando que Gregório representou um ícone da luta dos trabalhadores brasileiros. “Atos como esta solenidade são dotados de grande valor histórico e, portanto, reconhecemos perante os familiares de Gregório Bezerra o erro cometido pelo Estado e reafirmamos nossa posição de não permitir que se estabeleçam estados de exceção e atos contrários à democracia. Sua história serve de inspiração a gerações e gerações. Defenderemos sempre seu legado”, ressaltou.

O advogado Gilberto Marques, integrante da Comissão da Verdade Dom Helder Camara, também falou sobre momentos vivenciados por Gregório Bezerra, durante o Regime Ditatorial.



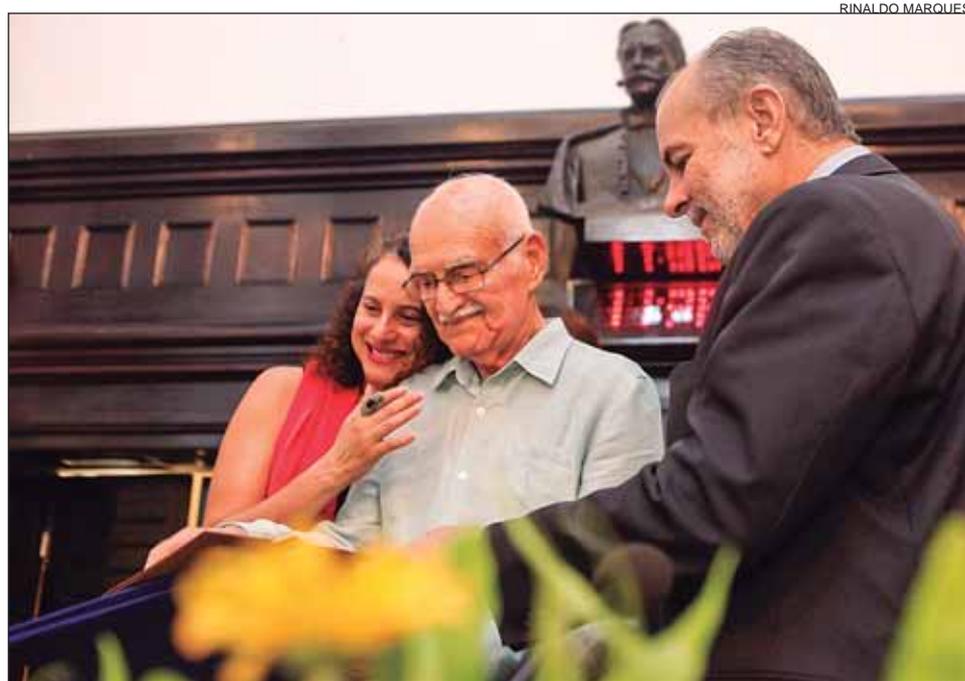
Deputados Waldemar Borges e Luciana Santos (abaixo) entregam certificado de devolução de mandato a Jurandir Bezerra (C)

Para Jurandir Bezerra, filho do homenageado, o ato demonstra o reconhecimento por tudo que Gregório representou para o País e o povo pernambucano. Ele recebeu um certificado de devolução de mandato das mãos de Waldemar Borges e de Luciana Santos.

Durante a cerimônia, um grupo de atores apresentou uma performance homenageando Gregório Bezerra. Em seguida, o jornalista e poeta Marcelo Mário de Melo recitou uma poesia reverenciando Bezerra. E recordou a visita que fez a Gregório na prisão.

**BIOGRAFIA** - Natural de Panelas, Agreste do Estado, Gregório Lourenço Bezerra foi, em 1945, o candidato mais votado do Recife, pelo PCdoB, para deputado federal à Assembleia Nacional Constituinte. Ocupou a função até janeiro de 1948, quando foi cassado. Viveu na clandestinidade por nove anos, organizando núcleos sindicais no Paraná e em Goiás.

Foi preso imediatamente após o golpe militar brasileiro de 1964, nas terras da Usina Pedrosa, próximo ao município de Cortês, Zona da Mata Sul, quando tentava



organizar a resistência armada dos camponeses ao golpe, em apoio ao governo federal de João Goulart e ao estadual de Miguel Arraes de Alencar.

Após a prisão, foi transferido para o

Recife. Foi torturado e arrastado pelas ruas da capital. O ato foi exibido pelas televisões locais. Gregório foi solto em 1969 e passou os dez anos seguintes no exílio. Morreu em 1983, aos 83 anos.

ATIVIDADES

# SEMANA DE MUSEUS NO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO

A Alepe participou, em maio, da 5ª Semana de Museus do Palácio Joaquim Nabuco. O evento é ligado à Semana Nacional de Museus, que está em sua 12ª edição e é organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). No período, instituições museológicas de todo o País promoveram atividades em torno do tema *Museus: as coleções criam conexões*.

Na Assembleia, a iniciativa é coordenada pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Houve visita guiada ao Museu Palácio Joaquim Nabuco para estudantes dos cursos de Museologia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e de

História, da Universidade de Pernambuco – Campus Nazaré da Mata (UPE). A sede do Legislativo pernambucano foi reconhecida como museu, em abril de 2010, pelo Ibram.

Após a visita, os universitários seguiram para o auditório da Alepe, onde foi exibido o filme *Arca Russa*. A produção mostra 35 salas do palacete russo de Hermitage, um dos maiores museus do mundo. Também houve debate com o professor Alberon Lemos, do Departamento de História da UFPE.

O Salão Nobre da Alepe ainda sediou uma exposição aberta ao público com documentos históricos de Pernambuco que fazem parte do acervo da Casa.



RINALDO MARQUES

Estudantes de escolas públicas visitaram as dependências do prédio-sede da Alepe

SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

## 13 DE MAIO – ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A conquista do chamado Novo Mundo, iniciada na transição da Idade Média para a Idade Moderna, promoveu a invasão de territórios e a dominação de vários povos, submetidos a trabalhos forçados. Com a chegada dos colonizadores às Américas, os nativos foram escravizados sendo substituídos, posteriormente, pelos africanos, em função de um intenso comércio que movimentou o Atlântico durante quase três séculos.

No Brasil, a escravidão africana vigorou até o final do Império. Só em 1888, um ano antes da Proclamação da República, os africanos e seus descendentes escravizados tornaram-se juridicamente livres, após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio daquele ano, pela Princesa Isabel.

A abolição da escravidão no Brasil ocorreu após um longo processo que durou décadas e que envolveu intensos debates entre políticos, senhores de terras, proprietários de escravos, humanistas, abolicionistas e intelectuais. De um lado, os interessados na manutenção da escravidão e do outro, os que lutavam por sua extinção.

Entre esses últimos, destacaram-se Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e o jovem Castro Alves. Além desses debates, a pressão internacional pela abolição, vinda especialmente da Inglaterra; os



RINALDO MARQUES

movimentos feitos pelos próprios escravos contra os trabalhos forçados, como fugas em massa; e a publicação de leis como a de número 581, de 1850, que proibia a comercialização de escravos entre o Brasil e outros países e a considerava como tráfico; a Lei do Ventre Livre, de 1871, que previa uma série de ações para a emancipação progressiva dos escravos nascidos a partir daquele ano; e a Lei Saraiva Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, de 1885, que concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade, contribuíram para a libertação dos cativos, ocorrida em maio de 1888.

Nesse contexto, a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, diretamente envolvida nas discussões sobre a abolição e o processo de extinção da escravidão, recebeu, em 04 de maio de 1853 (três anos depois da Lei nº581), uma petição dos senhores Severiano Pinto e Antônio Annes Jacome Perez. O documento solicitava a concessão do privilégio de estabelecer e dirigir com exclusividade, durante 20 anos, uma Companhia de Homens Livres, que substituiriam os escravos na execução dos trabalhos pesados. A iniciativa devia-se à oficialização da extinção do comércio de escravos, determinada pela referida lei. Embora, na prática, o tráfico continuasse ocorrendo, em especial o tráfico interno, a proibição do comércio atlântico de africanos foi utilizada pelos peticionários para justificar uma alteração na oferta de mão de obra qualificada para os trabalhos pesados, que seria solucionada pela citada companhia.

Em troca da criação e da gerência da companhia, os suplicantes solicitaram isenção do recrutamento do Serviço da Guarda Nacional e preferência de atendimento e tratamento pelos hospitais de caridade pública em caso de doença. As companhias de homens livres, sociedades emancipadoras, fundos provinciais para emancipação e outras ações realizadas com autorização da Assembleia Provincial colaboraram para a extinção definitiva do trabalho escravo.

As marcas da escravidão, porém, não desapareceram após a abolição. Os africanos e descendentes recém-libertos enfrentaram muitas dificuldades para serem aceitos na sociedade. Não possuíam instrução, terras, moradia. Muitos foram obrigados a continuar trocando seu trabalho pelo mínimo necessário à sobrevivência. Além disso, não receberam assistência do governo, que passava por mudanças saindo do Sistema Monárquico para o Republicano. Foram mesmo relegados à sua própria sorte. Muitos ex-escravos e ex-escravas acostumados aos trabalhos pesados nos engenhos e nas casas grandes migraram para os centros urbanos em busca de uma nova vida, ampliando o número de vendedores ambulantes, empregados domésticos, artesãos, quitandeiros, que já viviam nas cidades. A substituição da escravidão pelo trabalho livre gerou impactos sociais, culturais, políticos e econômicos, pois a força de trabalho da produção econômica colonial era a escravidão. Dessa maneira, a reinserção dos ex-escravos e ex-escravas no mundo do trabalho precisou obedecer à nova realidade do País: o Brasil adentrava a década de 1890 como um País Republicano e de homens e mulheres livres.

**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA** – Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Imagem – Petição. Cx. 124P. 04 de maio de 1853. Arquivo Central. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

## LISTA

# SAI RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO DA ALEPE

A Assembleia Legislativa de Pernambuco e a Fundação Carlos Chagas (FCC) publicam, no Diário Oficial do Poder Legislativo, do dia 30 de maio, o resultado preliminar das provas objetivas e discursivas do concurso público da Casa Joaquim Nabuco. A lista também está disponível nos sites da FCC ([www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br)) e da Alepe ([www.alepe.pe.gov.br](http://www.alepe.pe.gov.br)).

A relação definitiva dos aprovados será publicada no dia 30 de junho, após a análise dos recursos propostos às questões discursivas. Os candidatos que estão concorrendo às 100 vagas de analista e agente legislativos tiveram o prazo de dois dias úteis após a publicação do resultado preliminar no Diário Oficial para apresentar os recursos.



JARBAS ARAÚJO

Nomeação dos candidatos aprovados será realizada até janeiro de 2015

Mais de 40 mil pessoas se inscreveram para o concurso da Alepe. O cargo de agente legislativo (nível médio) foi o mais disputado, com uma concorrência de quase 760 candidatos por vaga. Entre os que concorrem a analista (nível superior), o cargo mais procurado foi o de consultor com especialidade em Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral, com uma disputa de 467 candidatos por vaga. Os salários oferecidos são de R\$ 11.315,33 para analista e de R\$ 4.780,74 para agente.

De acordo com o superintendente-geral da Assembleia Legislativa, Marcelo Cabral, a nomeação dos aprovados será realizada até o final desta Legislatura, vai até o dia 31 de janeiro de 2015.

## PROGRAMA SAÚDE ALEPE



FOTOS: JOÃO BITA



Servidores da Assembleia Legislativa de Pernambuco participaram, no final de maio, de mais uma edição do Programa Saúde Alepe. O evento, realizado no Parque Treze de Maio, é uma parceria da Superintendência de Gestão de Pessoas com a Assistência de Saúde. A iniciativa também conta com o apoio da Assistência Militar, do Cerimonial e do Corpo de Bombeiros. Caminhadas, aulas de dança e corrida (com premiação para os primeiros colocados) foram algumas das atividades. Os participantes também puderam realizar teste de glicose e aferir a pressão arterial.

